

# INTOLERÂNCIA RACIAL E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA EM ESPAÇO ESCOLAR NA ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA

## RACIAL INTOLERANCE AND RELIGIOUS DISCRIMINATION IN SCHOOL SPACE IN MOSQUEIRO ISLAND, BELÉM-PA

Denise Souza Simões Rodrigues **1**

**Resumo:** O artigo apresenta uma pesquisa realizada numa Escola Pública, em Mosqueiro, em Belém-PA, cujo objetivo foi identificar os conflitos, frutos das relações de poder – preconceito, discriminação e intolerância religiosa – que atingem os estudantes adeptos da Umbanda. Para isso, foram utilizados questionários e grupo focal para conhecer os sujeitos e suas vivências relacionadas aos reflexos sociais de sua religiosidade. Assim, a partir dos resultados, é fato que a escola precisa voltar o olhar para esses conflitos a fim de garantir o respeito à pluralidade religiosa, no ambiente escolar, considerando que este, também, é seu papel na construção de uma sociedade democrática.

**Palavras-chave:** Umbanda. Preconceito Religioso. Escola.

**Abstract:** The article presents a research carried out in a Public School, in Mosqueiro, Belém-PA, whose objective was to identify the conflicts, fruits of power relations – prejudice, discrimination and religious intolerance – that affect the Umbanda students. For this, we used questionnaires and focus group to know the subjects and their experiences related to the social reflexes of their religiosity. Thus, from the results, it is a fact that the school needs to look back at these conflicts in order to ensure respect for religious plurality in the school environment, considering that this, too, is its role in building a democratic society.

**Keywords:** Umbanda. Religious Prejudice. School.

## Introdução

“Nesse caminho tem espinhos. Eu piso bem devagarinho”  
(Atotô<sup>1</sup>)

Esta pesquisa nasceu no cotidiano escolar e volta-se para ele, com a finalidade de buscar as raízes das relações sociais de preconceito religioso em uma escola pública, passando aos possíveis mecanismos de resistência religiosa de estudantes praticantes da fé de terreiro, a partir de seus relatos e de suas vivências. Essa escola está situada na ilha de Mosqueiro, distrito de Belém que apresenta manifestações de sua formação indígena e negra.

A história oficial do Distrito remonta ao período de colonização e do ciclo da borracha, no Pará. No entanto, anterior a esse período, a região era conhecida como “Província dos Tupinambás”, de acordo com Eduardo Brandão (2006), habitantes que já viviam havia cerca de 12.000 anos em íntimo contato com a natureza.

Figura 1. Mapa da Ilha do Mosqueiro.



Fonte: <http://mosqueirosustentavel.blogspot.com.br/2014/12/alguns-dados-e-curiosidades-sobre-o.html>

Em 2016, em uma escola de Escola Estadual de Ensino Médio, na Ilha de Mosqueiro, distrito localizado a 70km de Belém-PA, ocorreu uma cena que, naquele momento, soou ligeiramente incomum. Tratava-se de um diálogo entre dois estudantes do primeiro ano do Ensino Médio. O rapaz lançou a pergunta à professora: “A senhora sabia que a Aiyê<sup>2</sup> é bruxa?” A professora percebeu certo constrangimento impresso no rosto da moça, logo respondeu: “\_nossa, que legal!”. Aiyê interferiu na fala da professora e corrigiu o colega: “\_não, professora, eu sou espírita”.

Meses depois, precisamente em novembro, durante um evento na escola, alusivo ao Dia

<sup>1</sup> Pseudônimo escolhido pelas autoras a fim de preservar a identidade do estudante. 17 anos, estudante do 3º ano do Ensino Médio.

<sup>2</sup> Pseudônimo escolhido pelas autoras a fim de preservar a identidade da estudante.

da Consciência Negra<sup>3</sup>, uma das convidadas foi Mãe Natasha, dona do **Terreiro de Mãe Oxum**. Ela palestrou e falou sobre sua religiosidade para os alunos. Aiyê estava ali, vestida de branco, e, logo se percebeu que ela **cambonava**<sup>4</sup> em seu terreiro, e mais que isso, ela é filha da mãe de santo.

A partir desse contexto, a compreensão da fala inicial de seu colega pode ser elucidada: a forma como o colega a chamou – **bruxa** – e também a sua recusa ao afirmar ser espírita (Kardecista), quando, na verdade, era filha de santo, umbandista, prestando serviços à casa de sua mãe. Essa situação configurou-se de maneira instigante ao ponto de impulsionar à construção desta pesquisa.

Para isso, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), na linha de pesquisa de Saberes Culturais e Educação na Amazônia, atuou como base para essa observação e análise, voltada ao objetivo de desvelar as situações de tensão, discriminação, preconceito ou mesmo de intolerância religiosa no espaço público escolar.

Mosqueiro é uma Ilha de cerca de 212km<sup>2</sup> que tem um forte traço de religiões afro-brasileiras em toda a sua extensão, são cerca de 80 Terreiros de religiões de matriz africana, dentre eles: Tambor de Mina, Pena e Maracá, Omolocô e Candomblé, além de inúmeras lojas de artigos afro-religiosos, dispostas ao longo de suas ruas.

Essa expressividade de religiões afro-brasileiras, no entanto, perde seu brilho ao chegar em solo escolar. Pouco se fala acerca dessas religiões ou, quando esse tema surge, vem acompanhado de certo transtorno/incômodo, como no caso de Aiyê.

A pesquisa retorna à Escola após a aplicação e a sistematização dos dados, obtidos de um formulário com questões religiosas, a 30% dos estudantes da escola, com a finalidade de detectar a quantidade de alunos pertencentes a religiões afro-brasileiras. Dos quase 80 formulários respondidos, apenas 8 (oito) apontavam para a prática de alguma religião de matriz africana. Destes, 6 (seis) responderam praticar outra religião (catolicismo e/ou espiritismo) e a Umbanda e apenas 2 (dois) foram diretos em suas respostas, afirmando serem adeptos da Umbanda.

## Nuances do racismo: preconceito, discriminação e intolerância religiosa

Compreendemos que a questão de privilégios religiosos destinados às religiões Cristãs – especialmente ao Catolicismo em expressivo detrimento às religiões afro-brasileiras, historicamente estigmatizadas e marcadas pela depreciação, subalternização e marginalização dos seus sujeitos-agentes e de sua identidade religiosa – é oriunda e permeada por marcas do racismo.

Essa visão corrobora com o pensamento de Quijano (2009) acerca das construções de poder que permearam as relações coloniais, configuradas pelas instâncias de trabalho, raça e gênero. Dentre elas, a de “raça”, que surgiu há pouco mais de quinhentos anos, sendo a mais recente das três, contudo, é a que permite intersecção com a instância de trabalho e a instância de gênero, dependendo do papel social que se apresente ao sujeito, permitindo, inclusive, outras formas de dominação e exploração.

Nesse sentido, a criação das “raças” parte da classificação da população, tomando como base características fenotípicas, como: a cor da pele, a textura dos cabelos, o formato do nariz, o desenho dos olhos, o tamanho do crânio. Esses dados chegaram a ser base científica para justificar a violação aos sujeitos, provocada pela desenfreada busca pelo poder. Aspectos que justificaram a hierarquia entre “dominantes/superiores europeus” – a criada raça branca – e “dominados/inferiores não-europeus” – denominados “raças de cor” (QUIJANO, 2009, p.107).

Os reflexos do longo processo de dominação a partir da construção de raças permeiam as sociedades atuais. Apesar de considerarmos que “a ‘cor’ é, literalmente, uma invenção eu-

3 Dia marcado pela luta Negra no Brasil, a partir da Lei 10.639/2003, que garante o dia 21 de novembro como importante para a memória da resistência negra, tendo em vista a morte de Zumbi dos Palmares, liderança do Quilombo dos Palmares. A partir da Lei, firmou-se o compromisso de que a escola deveria reservar esse dia para manifestações a favor da igualdade racial e da pluralidade de experiências.

4 “[...] Cambonar é auxiliar, no caso: defumação, ajudar um irmão que tá incorporando...entendeu?”, Atotô, estudante do 3º ano do Ensino Médio, em entrevista no grupo focal.

rocêntrica enquanto referência ‘natural’ ou biológica de ‘raça’” (QUIJANO, 2009, p.113) e que, portanto, não tem embasamento científico, sabemos que é uma das teses-mãe do racismo.

Nessa hierarquia, criada entre os povos: inferiores, irracionais, primitivos *versus* superiores, racionais, civilizados e modernos, encontramos a raiz de muitos conflitos, vividos na sociedade em pleno século XXI, ramificando-se a todas as manifestações, vinculadas seja por matriz ou por presença negra. Chegamos, então, uma das facetas do racismo, que se trata do preconceito, discriminação ou intolerância, voltada aos praticantes de religiões afro-brasileiras que, nesse caso,

fica explicitado por que os religiosos de matriz afro-brasileira, que historicamente não foram tratados como “pessoas dignas”, em função do contexto escravagista, têm encontrado dificuldades em conquistar reconhecimento pleno de direitos de cidadania (MIRANDA, 2015, p.140).

Elencamos os vocábulos nesta ordem, tendo em vista as gradações de transgressões. Em primeiro lugar, o preconceito. De modo geral, podemos afirmar que ele está na raiz das atitudes seguintes. Após uma breve pesquisa no *Dicionário de Latim* (1963), em busca de sua etimologia, trata-se de uma opinião prejudicial, que prejudica. Se desmembrarmos a palavra, constataremos que se trata de um conceito, ou julgamento que se faz previamente a um contato com determinado assunto. Superstição, demonização, bruxaria, macumba, bater tambor, bater cabeça, ritual, incorporação. Palavras que portam carga simbólica negativa quando proferidas no firmamento de um conceito prévio. Provocam tensão nas pessoas e penetram o imaginário em torno das religiões afro-brasileiras (SILVA, 2015).

Em seguida, na escala de transgressões, chegamos à discriminação. No mesmo *Dicionário de Latim* (1963) não foi encontrado esse vocábulo – provavelmente por ser um termo que surgiu a partir da necessidade de se discutir as violações individuais de direito. Em decorrência disso, buscamos a obra de Mariano (2002, p.124) para explicar que estas se baseiam “na concessão de um tratamento desigual a um grupo religioso em detrimento dos demais”, trata-se, portanto, de manifestação verbal ou comportamental de preconceitos.

A discriminação pode ser provocada por instituições ou agentes sociais e é sutil, pois, se configura em atos de silenciamentos ou no estabelecimento de diferentes graus de protagonismo entre as religiões, no tocante às festividades religiosas e em seus desdobramentos, como visitas de santos em lugares públicos e ditos laicos, como no caso das escolas.

No grau mais elevado de violência e de interrupção de direitos, temos a intolerância. Pode ser definida como o ato de vilipendiar, de ofender gravemente alguém. Baseia-se “na certeza de se possuir a verdade absoluta e no dever de impô-la a todos, pela força. Seja por determinação divina ou por vontade popular” (ÍTALO MEREU, 2000, p.42 *apud* MARIANO, 2002, p.120), ou seja, trata-se de uma “categoria moral e política que pretende dar conta de uma ‘discriminação cívica’ que, neste caso, consiste na negação de direitos no Brasil” (MIRANDA, 2015, p.140).

No contexto desta pesquisa, interessou observar como se relacionam essas gradações de poder nas relações escolares, seus reflexos sociais, bem como os mecanismos de resistência, tendo como foco estudantes que se declararam Umbandistas.

## Religiosidade dos alunos

“Atotô: eu acho que, pra maioria das pessoas, não existe Deus na umbanda, sabe?”

Will<sup>5</sup>: só o Diabo!?”

---

5 Pseudônimo escolhido pelo estudante a fim de preservar sua identidade.

Atotô: eles não veem na Umbanda, no Candomblé, até mesmo a Quimbanda, a Quimbanda é um lado que [...] que [...] é uma parte da Umbanda diferenciada que trabalha com a linha virada, mas tem Oxalá também, entendeu? Então eles não veem a Umbanda como/ eles têm a Umbanda como uma seita, que não tem/ ela é do demônio, entendeu? Eles não veem que tem Deus, pra eles não existe isso”.

O grupo constituído para esta pesquisa foi composto por 9 (nove) estudantes: 4 (quatro) são umbandistas; 4 (quatro) são de religiões diversas, ou nenhuma; e 1 (uma) já foi umbandista e hoje é católica, desenvolvendo atividades, inclusive, como coroinha da Igreja de seu bairro. As atividades foram desenvolvidas em um grupo focal, que se encontrava uma vez por semana, durante o horário de almoço dos estudantes da Escola, *lócus* da pesquisa.

Conforme exposto anteriormente, a formação desse grupo ocorreu devido um primeiro momento, o dos formulários aplicados aleatoriamente e respondidos voluntariamente por cerca de 80 estudantes do Ensino Médio. A partir daí, foi possível identificar 8 (oito) alunos que responderam ter algum contato com religiões de matriz ou presença africana. Em seguida, o passo foi identificar esses alunos e, nesse momento, o grupo reduziu, visto que 2 (dois) questionários não foram identificados e outro foi preenchido por uma aluna que se transferiu para outra escola da região. Outros 4 (quatro) estudantes de outras manifestações religiosas demonstraram interesse em participar e colaborar com a pesquisa. Assim, o grupo firmou-se com 9 componentes.

As discussões no grupo foram motivadas por perguntas destinadas a todos, respondidas por quem melhor se sentir à vontade, a partir de suas experiências ou de seus papéis sociais, como Umbandistas ou não. A riqueza deste grupo pluralmente religioso consistiu na capacidade de poder notar os olhares diversos que eles tinham sobre um determinado tema, nesse caso, sempre voltado às relações religiosas.

No decorrer das entrevistas, o uso de gravador e posterior transcrição foram imprescindíveis, a fim de buscar as pistas necessárias à pesquisa. As falas dos estudantes revelaram, por vezes, situações que ocorreram em ambiente escolar, em geral de discriminação religiosa, além disso, mostraram alguns aspectos que podemos chamar de resistência diante às agressões ou aos estranhamentos de seus colegas ou mesmo de professores.

Assim, a partir das falas desses sujeitos, observamos a demonização que a Umbanda ‘sofre’, situação que reflete em seus adeptos. O primeiro caso trazido aqui é o de Padilha<sup>6</sup>. No grupo, ela se destaca por ser a mais discreta entre os estudantes, mas sobre preconceito, conta que nunca sofreu na escola, porém, revela-se equivocada na fala

[...] então, aqui na escola, eu acho que nunca aconteceu nenhuma situação dessas, mas acontece de algumas vezes eu estar usando isso aqui no braço e minhas amigas chegam e perguntarem “ah, o que é isso?” aí eu falo, assim [...] ah, é só uma pulseira que eu comprei, e realmente é só uma pulseira, não é batizado, nem nada [...] aí, elas começam a perguntar, elas começam a falar “ah, me fala como é lá?”, aí eu começo a falar e falo “por que vocês não vão conhecer?”, aí elas dizem “ah, não, isso é coisa do demônio, não sei o quê” [...] aí eu fico olhando...poxa, então por que vocês vêm me perguntar, se vocês sabem, né? [...] aí, tipo [...] eu fico meio na onda de falar e depois ficarem criticando[...] eu, particularmente, não gosto de falar e a pessoa ficar criticando [...] (informação verbal<sup>7</sup>).

Percebemos que, para Padilha, o fato de seus amigos perguntarem sobre suas práticas

<sup>6</sup> Pseudônimo escolhido pelas autoras a fim de preservar a identidade da estudante.

<sup>7</sup> Entrevista em out. 2018.

religiosas e depois afirmarem que é **coisa do demônio** não se configura como uma atitude preconceituosa, apesar de gerar incômodo. Temos o exemplo da fluidez do preconceito, de como ele pode ser revestido de opinião, de ponto de vista e, dificilmente, materializado como deve e, conseqüentemente, não sendo reconhecido pela pessoa que sofreu com a fala.

Assim, faz-se necessário compreender a violência para além da agressão física, mas no âmbito verbal do insulto, da brincadeira, da piada, ou seja, ampliando o espectro para a humilhação e a desvalorização de sua identidade religiosa, de modo que seja fluida a ponto de não deixar vestígios materiais, além de testemunhas – se houver – nesse sentido, trata-se de desconstruir a materialidade da violência e expandir o conceito para além, incluindo qualquer ato de depreciação do Outro (MIRANDA, 2015).

Perguntada sobre sua postura em ficar em não responder às falas que lhe geram “incômodos”, Padilha responde ser favorável a essa postura,

[...] porque se for pra eu falar e depois ficarem falando mal e dizer que é coisa do demônio ou de bruxa [...] mas é minhas amigas que geralmente me perguntam, elas ficam/eu fico informando, né, falando, mas quando eu vejo que começam a criticar, eu paro [...] mesmo amigas minhas que são da igreja, acabam criticando (informação verbal<sup>8</sup>).

Notamos que sua postura, apesar de não reconhecer essencialmente que se trata de uma situação de discriminação religiosa, o transtorno do incômodo é pulsante em sua fala e como resultado às ofensas que ela considera nas falas de suas amigas, prefere não responder, não explicar sua religiosidade, nem questionar o porquê das opiniões delas sugerirem **bruxas** ou **demônios** quando se relacionam à Umbanda.

Outro caso citado por um aluno, Will, envolve uma colega de sala:

[...] no caso, uma aluna aqui da escola, ela é da Assembleia de Deus [...] ela é Assembleiana [...] não julga ninguém! Aí foi que ela chegou e falou [...] é [...] me chamando logo de gay: “como tu te sentes sendo macumbeira?” [...] eu fiquei, tipo, sem reação, a única coisa que respondi foi, é, “sobre a minha religião, é [...] não diz respeito a ninguém...a sua e a minha são coisas completamente diferentes, ou seja, eu não me meto na sua então não venha se meter na minha, pra não entrar num conflito de um julgar o outro. Eu nunca julguei ninguém, nunca! [...] Ela me expôs na frente de todo mundo, ela não tava só. Isso foi muito chato, muito chato [...] (informação verbal<sup>9</sup>).

Percebemos, nesse ponto, o envolvimento entre a religião e a sexualidade do estudante, em que tais posturas se interseccionam, gerando um preconceito ainda mais expansivo que revelou ser um ponto de vista comum entre alguns agentes que propagam preconceito, conforme apontado pelos estudantes, no que segue:

[...] as pessoas têm aquela visão da Umbanda, a maioria das pessoas. O meu pai também tem essa visão, assim, tipo [...] por exemplo: tu és mulher, tu és Umbandista, tu podes ser é [...] como eu posso dizer? Tu tens maior chances de ser lésbica e tu sendo menino, tu sendo Umbandista, tu tens maior chance de ser gay, entendeu? Então acho que a mente dele é como a

8 Entrevista em out. 2018.

9 Entrevista em out. 2018.

maioria das pessoas da sociedade (informação verbal<sup>10</sup>).

Notamos que esse discurso de a homossexualidade estar vinculada à Umbanda ou vice-versa, é construído no seio familiar e está, também, refletido nas falas de colegas na escola. Nesse sentido, a fala de Will:

[...] a minha família é do mesmo jeito, tipo o meu avô. Vovô já cansou de me chamar de gay por eu ser da Umbanda, sendo que eu sou [...] (risos) enfim [...] ele fala, ele fala, o meu avô, o meu tio, todos eles falam, que se é homem e entra na Umbanda, vira gay, e se é mulher e entra na Umbanda, a mesma coisa (informação verbal<sup>11</sup>).

Além da homossexualidade, o discurso de promiscuidade está vinculado ao preconceito contra a Umbanda, percebemos isso na narrativa de Padilha que, após afirmar ter ido a uma Igreja Evangélica e cumprimentado o pastor, ele disse para outros fiéis que ela havia revelado para ele que era garota de programa:

[...] assim, não foi bem um preconceito, eu acho, né, na minha opinião, porque eu fui pra igreja, fui convidada, aí eu fui pra igreja, cheguei lá e falei com o pastor assim, normal, entrei, aí eu saí. Quando foi no dia seguinte eu fiquei sabendo que ele falou que eu era prostituta, que eu falei pra ele que eu era uma prostituta. Que eu era da umbanda, que eu servia o demônio. Aí eu fiquei “como assim, eu só falei ‘oi’?”. Aí eu soube que ele ficou sabendo que minha mãe frequentava a Umbanda (informação verbal<sup>12</sup>).

Perguntados acerca das causas e das relações construídas em torno do imaginário das religiões afro-brasileiras, Atotô explica:

[..] é, eu acho que o maior preconceito com os guias de Umbanda é com o povo de esquerda, que são os Exus e os pombo giras<sup>13</sup>, entendeu? O povo de rua, que por eles terem um comportamento mais [...] mais peculiar, eles acabam relacionando com demônios, porque os Exus, assim, na cabeça dos Oris, os médiuns, eles não falam direito, eles bebem, eles bebem, sim, vinho [...] cerveja [...]. cachaça, mas é da natureza da energia dos exus (informação verbal<sup>14</sup>).

Notamos que sua justificativa vincula-se às materialidades das práticas da Umbanda: o uso de bebidas, por exemplo, aliado aos comportamentos “peculiares”, que ele refere posteriormente, como risadas altas, danças, defumação, questões que ele aponta como sendo “diferentes das outras religiões” e, por isso, muitas vezes incompreendidas como manifestações do sagrado.

Sobre esse ponto, surge outra narrativa de preconceito, dessa vez, tendo como agente

---

10 Atotô. Entrevista em out. 2018.

11 Entrevista em out. 2018.

12 Entrevista em out. 2018.

13 Pombo giras ou pomba giras: é uma entidade espiritual da Umbanda, que se manifesta incorporada em um médium. É a mensageira entre o mundo dos orixás e a terra. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 15 set. 2019.

14 Entrevista em out. 2018.

um professor da escola

Will: eu não sei porque o professor tinha discutido, aí ele já chegou aborrecido na sala. Aí ele começou a falar de alguma pessoa que era da Umbanda, de outra turma, aí ele começou a falar que ele puxou um assunto que/ primeiro que ele disse que Umbanda não existe, que é doidice, que é coisa de doido (informação verbal<sup>15</sup>).

Helô: ele sempre dizia que ele pegava a cachaça, essas coisas e comia e bebia [...] (informação verbal<sup>16</sup>).

Will: aí ele começou a falar, pode jogar qualquer coisa aqui que esse Zé Pelintra nem existe, só existe na cabeça dos outros, as pessoas que botam isso na cabeça de vocês. Sendo que a Paulinha da minha sala, ela era Umbandista já e ela sempre ia com uma guia no braço [...] ela ia com uma guia de lemanjá, foi que ele viu aquilo e ela já tava com a cara fechada querendo discutir, aí eu falava “te acalma, te acalma”. Aí ele começou a falar da religião, foi que ela disse que era umbandista, ela se alterou lá com ele, aí começou um bate boca e foi que ele falou que ela era doida, porque isso não vai levar ela pra lugar nenhum, que era pra ela escolher outra coisa pra vida dela, porque isso nem, nem, existe, é de outro mundo, é coisa inventada (informação verbal<sup>17</sup>).

Entrevistadora: ele falou isso dentro de sala?

Will: dentro de sala, na frente dos outros. Ele falou que qualquer pessoa que venha falar de [...] “pode falar de caboco aquilo, caboco isso. Isso não existe! Isso é mentira!” Simplesmente falou isso (informação verbal<sup>18</sup>).

Esse caso não saiu de sala de aula, ocorreu em 2016 e ressurgiu durante um dia no grupo focal já em 2018. Notamos que houve agressão verbal do professor depreciando publicamente as religiões afro-brasileiras. A estudante umbandista buscou diálogo, sendo silenciada pelo discurso do docente duvidando da existência dos elementos religiosos da aluna. Logo, é possível claramente como os grupos minoritários estão suscetíveis aos processos de exclusão e, mesmo, de perseguição. Nesse caso, a aluna foi exposta às interpretações preconceituosas do professor, sem poder se defender ou questionar e sem receber o apoio de seus colegas.

Percebemos, desse modo, que as agressões podem tomar facetas diversas que partem do preconceito, com o receio dos elementos religiosos – historicamente estigmatizados – passando pela discriminação que pode envolver, além das questões religiosas, vínculos a outros grupos minoritários, a fim de reforçar a depreciação, como o grupo LGBTQ+ e as prostitutas até chegar a agressões verbais e exposição da figura de estudantes em sala de aula.

Como mecanismos de resistência a essas agressões, notamos, a partir das respostas dos alunos, que eles apontam para um silenciamento, mobilizado ou pelo constrangimento de ter que discutir e de ser nomeada, como: **bruxa**, **feiticeira**, **macumbeira** ou por receio de uma exposição pública que desvalorize as suas vivências e desrespeite ainda mais suas escolhas religiosas.

---

15 Entrevista em out. 2018.

16 Entrevista em out. 2018.

17 Entrevista em out. 2018.

18 Entrevista em out. 2018.

Também constatamos que esse silenciamento diante às agressões se dá com chateação, mas também com certa resignação, conforme o trecho do Ponto cantado por Atotô, escolhido como epígrafe inicial deste texto. Para ele e os demais alunos Umbandistas, ainda que silenciem diante das circunstâncias de discriminação e de intolerância, a resignação é a verdadeira resistência.

Para eles, a escolha pela Umbanda é um caminho doloroso de autoafirmação e de espiritualidade, sendo necessário controle para lidar com essas situações rotineiramente, a fim de vivenciar o amor e o respeito à pluralidade religiosa, nesse sentido, tem-se o terreiro como “lugar de resistência e os corpos de seus adeptos, a própria resistência” (MARIANO, 2002, p. 125).

[...] pra quem segue a umbanda de verdade, a gente aprende a lidar com isso, os fundamentos ensinam a gente a não ligar pra esse tipo de coisa. é/ tipo não, não, não propor o ódio pro outro, a gente não liga muito pra isso não. Agora, há casos extremos que a gente/ (se defende) que são exceções (informação verbal<sup>19</sup>).

## A questão da laicidade na escola pública

“De fato o religioso sempre esteve presente no espaço público” (EMMERICK, 2010).

No decorrer das discussões com os estudantes, o grupo revelou um posicionamento, envolvendo a questão da laicidade em ambientes públicos como um dos argumentos para embasar a recusa aos símbolos religiosos na escola, observado no diálogo a seguir:

Helô: sim, que as leis não deveriam ser em prol de uma religião específica, e é isso, é o que não acontece, porque tudo é ligado ao Cristianismo, a legalização do aborto/não! a criminalização do aborto! E todas as coisas, tudo é baseado na religião, mano, tu vai ver [...] quando tu vai responder, não tem a bíblia lá que tu vai colocar a mão e fazer todos aqueles juramentos? Tipo as notas de real que vêm com “Deus seja louvado”, todas essas coisas. O Estado não é laico? (informação verbal<sup>20</sup>).

Atotô: não deveria ter, não tenho nada contra, que fique bem claro, mas como a escola deveria ser laica, não deveria ter uma imagem de Nossa Senhora na biblioteca porque nem todo mundo é católico, então, entendeu? Se eu quisesse colocar um busto de Exu lá dentro, a maioria não ia gostar, entendeu? la ter confusões, entendeu? A gente ia até pedir pra professora (responsável pela biblioteca) retirar a imagem, conversar com ela, porque foi ela que trouxe a imagem, é dela a imagem [...] aí eu tava comentando [...] que ela não deveria ter feito isso (informação verbal<sup>21</sup>).

Helô: ela fez um altar (informação verbal<sup>22</sup>).

É importante revelar que, durante a fala da estudante, ela se referia à escola ser laica,

---

19 Atotô. Entrevista em out. 2018.

20 Entrevista em out. 2018.

21 Entrevista em out. 2018.

22 Entrevista em out. 2018.

fazendo sinal que indica **aspas**, dando ênfase à descrença que ela de fato o é. Também é necessário ressaltar que a aluna que trouxe essa informação não é Umbandista e, ainda assim, se incomoda com uma santa católica exposta na biblioteca de sua escola, sobre um altar construído por livros, em um lugar de visibilidade.

As questões, envolvendo laicidade, são apontadas por GIUMBELLI (2014) no que tange os princípios do Estado Laico (artigo 19, inciso I da Constituição de 1988), que veda as relações de aliança ou dependência entre o Estado e qualquer religião. O rompimento entre Estado e religião gera dúvidas e questionamentos e, ainda que evocado em uma discussão, não se extingue, isso porque “laicidade é algo cuja configuração e interpretação estão em disputa” (GIUMBELLI, 2014, p.165), ou seja, a laicidade está, também, imiscuída, mesclada pelas crenças e de visões de mundo historicamente construídas.

As discussões acerca da laicidade estão intrinsecamente relacionadas ao argumento da liberdade religiosa, tendo em vista a pluralidade de crenças e como estas se configuram no espaço público. Se partirmos do conhecimento de que a religião católica esteve vinculada ao Estado confessional e que “juridicamente a separação entre Igreja/Estado tenha ocorrido com a instauração do Brasil República, de fato, as relações entre o religioso e o político são significativamente mais complexas” (EMMERICK, 2010, p.147).

Assim, consideramos que essa delegação foi consentida e pactuada pelo Estado e que as religiões cristãs permanecem nitidamente em ambientes públicos (educação, saúde, assistência social etc.), o que, favoreceu historicamente à construção de uma posição hierarquicamente superior ao Catolicismo, em termos de aceitação de seus símbolos e, mesmo, de seus ritos (a exemplos de missas) em ambientes públicos.

Nesse ponto, chamamos atenção para as manifestações religiosas hierarquicamente inferiores nessa escala – as crenças preteridas, como as de matriz ou presença africana – que, além de terem sua configuração histórica vinculada ao passado de teorias racistas e da escravidão, estão distantes de poderem transitar livremente nos ambientes públicos sem gerar estranhamento, oriundo do preconceito.

Temos, portanto, o ambiente laico com o anseio por uma conciliação satisfatória entre igualdade e diversidade, uma vez que nele não deve professar nenhuma doutrina religiosa, como também não se deve tratar com diferenças quaisquer crenças. Dessa forma, vemos que a laicidade não está exatamente em retirar símbolos religiosos de uma religião privilegiada institucionalmente, e sim de provocar um debate acerca da pluralidade religiosa.

No entanto, apesar de o discurso acerca da religião oficial do Brasil ser a Católica, deve-se considerar que “a Constituição brasileira de 1824 conferiu à Igreja Católica o título de religião oficial do Império, mantendo sobre ela os mesmos controles e concedendo as mesmas prerrogativas da época do Império” (EMMERICK, 2010, p.148).

É fato que esse passado tem presença forte nas relações atuais, pois constatamos que tal afirmação constitui a hierarquia religiosa que coloca o catolicismo no ápice da escala. Por outro lado, faz-se necessário considerar que o título de “religião oficial” não se aplica ao Estado Brasileiro atualmente e que:

se não há religião oficial, também não pode haver religião ‘não oficial, mas preferida’, o que daria no mesmo. Como as repartições no Estado laico irão exibir exatamente os mesmos símbolos religiosos que exibiam quando o regime era confessional? (SOTTOMAIOR, 2009 *apud* GIUMBELLI, 2014, p.136, grifos do autor).

No caso em questão, os estudantes manifestam incômodo com a imagem de uma santa católica na biblioteca da escola, sob o argumento da laicidade. A problemática, porém, não se limita a símbolos católicos, mas estende-se a elementos de religiões afro-brasileiras, que também são questionados pelo grupo, uma vez que a diretora da escola é umbandista e tem seus símbolos religiosos na sala da direção.

Atotô: ah, tem as defumações da diretora, que eu sou umbandista, defendo os umbandistas, mas tem hora que cada um tem que ter seu lugar, né? Então, a escola é pública, é de todos, então ela não deveria colocar as coisas. Aí tem várias plantas, espada de São Jorge, defumação, vela indiana [...] e [...] contra-egun, santos, que não deveria ter, porque, como eu falei, nem todo mundo é da mesma religião, então deveria respeitar o espaço de todos (informação verbal<sup>23</sup>).

Notamos na fala do estudante Umbandista que poderia, tendenciosamente, concordar com a postura da diretora, por professar a mesma religião, mas, no entanto, julga que as devoções religiosas devem ocorrer em espaço privado ou no próprio Terreiro.

Fabí: eu acho que tem horas que a gente deveria deixar a religião longe do espaço da escola, situações sociais fora da escola, não tem/não tinha que ter assim, a exclusão [...] (informação verbal<sup>24</sup>).

Atotô: é pra isso que tem as nossas casas de Umbanda, no caso. Tem hora e tem lugar. Tem hora pra ti incorporar, tem hora pra ti trabalhar, entendeu? Pra estudar/ Então [...] resta saber distinguir, ter o discernimento... então tanto faz se é católico, se é umbandista, se é evangélico, acho que tudo tem hora e tem lugar (informação verbal<sup>25</sup>).

Observamos que a questão da laicidade na escola, à luz das reflexões desses estudantes, expande-se e agrega as demais religiões, tanto a privilegiada historicamente, como o catolicismo, quanto às mais oprimidas, como a Umbanda. O ambiente escolar está permeado por debates e concorrência em torno dos significados atribuídos aos saberes ou às experiências religiosas. Logo, é possível notar que, apesar de os questionamentos acerca dos símbolos religiosos estarem voltados, aparentemente, às duas religiões apresentadas, em outro momento do grupo, os estudantes afirmaram que a oração do **Pai Nosso** seria bem aceita, pois é “[...] universal” (Helô) (informação verbal<sup>26</sup>).

Poderíamos apontar como contradição tais argumentos, visto que os mesmos alunos que se incomodam com a imagem de uma santa católica, incomodam-se com incensos, plantas e imagens da Umbanda, dando a compreender a igualdade de tratamento entre as religiões, no entanto, normalizam as relações com a oração que julgam ser universal, podendo, nesse sentido, transitar em ambiente escolar: “[...] sem constranger ninguém” (Helô) (informação verbal<sup>27</sup>). Desse modo, compreendemos que a fronteira entre o público e o “religioso é historicamente indefinida e porosa” (EMMERICK, 2010, p.146).

## Algumas considerações

A partir das vivências estabelecidas com o grupo de estudantes, com base no diálogo acerca do preconceito, discriminação, intolerância religiosa, laicidade, pluralidade religiosa, não se pode negar que a religião está presente na escola através dos pertencimentos religiosos de seus atores, sejam estudantes, professores ou diretores. Dessa maneira, considerando que a presença religiosa na sociedade é pública, ou seja, se manifesta a por seus agentes nos am-

---

23 Entrevista em out. 2018.

24 Entrevista em out. 2018.

25 Entrevista em out. 2018.

26 Entrevista em out. 2018.

27 Entrevista em out. 2018.

bientes em que transitarem, temos a religião como um fato social.

Além disso, as relações de poder manifestam-se também no âmbito religioso, imprimindo menor grau de relevância às religiões de matriz ou de presença africana, por meio da discriminação e da intolerância, oriundas do preconceito. Notamos que na Ilha de Mosqueiro, onde há presença marcante de religiões afro-brasileiras, não há espaço de reconhecimento na escola pública, sendo os seus praticantes e estudantes vítimas de violências simbólicas no ambiente escolar – situações essas suscitadas por colegas de classe e por um professor também.

As violações vêm em tom de brincadeiras, mas têm carga simbólica e relacionam-se a acusações de bruxaria, à prostituição e, mesmo, à questão da homossexualidade de seus praticantes. Percebemos que, como estratégia de resistência, o silêncio parece ser a mais comum, seja por receio do constrangimento sofrido, seja pela “chateação” (palavra do Will), ou seja, por compreender que um dos fundamentos da Umbanda Sagrada aconselha à prática da resignação, ou seja, o silêncio como aceitação de que tais agressões, no caso verbais, são os espinhos do caminho trilhado por eles.

Notamos que, nesse sentido, a escola encontra-se alheia ao processo de exclusão religiosa, provavelmente por apresentar dificuldades de administrar as relações de poder e os conflitos gerados e de se relacionar com a diversidade de seu público. Compreendemos, desse modo, que a escola é palco dos conflitos sociais e que é papel da escola mediar essa relação e orquestrar atividades que envolvam a pluralidade religiosa, a garantia dos direitos à liberdade de crença de seu público, de sua comunidade, em busca de uma sociedade igualitária.

Por fim, observamos que ignorar os conflitos não torna a escola laica; e que o fato de ser laica não extingue as relações conflituosas. Acreditamos, no entanto, que ignorar os conflitos acaba por renunciar seu papel de esclarecedora, debatedora da própria diversidade, então, nesse sentido, a escola precisa voltar o olhar a esses conflitos e compreender que os grupos afro-religiosos querem ser reconhecidos e respeitados de maneira positiva por suas crenças e práticas religiosas e não apenas tolerados, a fim de garantir tratamento igualitário a todas as manifestações religiosas, considerando que este, também, é seu papel na construção de uma sociedade democrática.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 nov. 2018.

DICIONARIO ACADÊMICO DE LATIM-PORTUGUES / PORT-LAT. Porto: Porto Editora, 1963.

EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana-Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 5, p.144-172, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARIANO, Ricardo. **Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso**, 2002. Disponível em: [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo\\_mariano.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm). Acesso em: 7 ago. 2005.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. **Motivo presumido**: sentimento, identidade religiosa e estigmatização escolar no Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 139-164, 2015. Edição Especial.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p.74-117.

SILVA, Anaíza Vergolino e. **Tambor das flores**: uma análise da federação espírita umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975). Belém: Paka-Tatu, 2015.

Recebido em 31 de março de 2020.

Aceito em 15 de junho de 2020.